

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
Certifico para os devidos fins, haver publicado, nesta data,
o presente Ato no Quadro de Avisos da Prefeitura, nos termos
do art. 64 da Lei Orgânica Municipal.
João Alfredo/PE 16/05/2024

Servidor Responsável



PREFEITURA DE
**JOÃO
ALFREDO**
UM NOVO TEMPO

DECRETO MUNICIPAL Nº 18, DE 16 DE MAIO DE 2024.

Ementa: Regulamenta a concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuições no Município de João Alfredo/PE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO, ESTADO DE PERNAMBUCO, JOSÉ ANTONIO MARTINS DA SILVA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Municipal, de acordo com o que estabelecem o artigo 19, inciso I, da Constituição Federal, artigos 16, 17 e 21 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, Lei Federal 14.133 de 2021 bem como as exigências estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do Município e outros dispositivos legais pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. As concessões de subvenções sociais, auxílios ou contribuições, pela Prefeitura Municipal de João Alfredo às Entidades Cívicas, previstas em Lei Municipal, deverão obedecer aos procedimentos fixados neste Decreto.

§ 1º. A concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuições nos termos do presente Decreto obedecerá, ainda, às disposições constantes dos arts. 19, inciso I, 167, inciso VIII, 199, § 2º, e 213 todos da Constituição Federal, dos arts. 16, 17 e 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei Federal 14.133 de 2021 e da Lei Orgânica do Município.

§ 2º. O valor das subvenções sociais, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados.

§ 3º. A concessão de subvenção social, de auxílio ou contribuições fica condicionada à existência de um termo de convênio/parceria/compromisso/cooperação/filiação, entre a instituição e a Prefeitura, no qual serão estabelecidas as obrigações e responsabilidades das partes.

§ 4º. Os valores dos Auxílios, Contribuições e Subvenções, poderão ser parcelados, nos limites das possibilidades financeiras, de acordo com o artigo 16 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 2º. Para fins deste decreto consideram-se as seguintes naturezas de concessão:

I – Subvenções Sociais: transferências destinadas a cobrir despesas de custeio de entidades sem fins lucrativos, tais como serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.

II – Auxílios: transferências destinadas a cobrir despesas com investimentos ou inversões financeiras de entidades privadas sem fins lucrativos, tais como de caráter assistencial e cultural.

III – Contribuições: Transferências destinadas a cobrir despesas orçamentárias às quais não correspondam contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender as despesas de manutenção de outras entidades de direito privado.

Art. 3º. Os pedidos de concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros deverão ser formulados mediante requerimento escrito, dirigido ao Chefe do Executivo Municipal e instruído com os seguintes documentos:

I – plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante da entidade;

II – ficha cadastral preenchida com os endereços da entidade e do responsável pela aplicação;

III – cópia do Estatuto da entidade, com todas as alterações posteriores, devidamente registradas;

IV – cópia das atas de eleição e da posse da atual diretoria;

V – cópia da lista de filiados/associados da entidade com qualificação pessoal.

VI – cópia da Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas atualizada;

VII – certidão negativa e de débitos trabalhistas;

VIII – cópia da Lei de reconhecimento de utilidade pública da entidade ou lei autorizativa do repasse;

IX – declaração assinada pelo responsável atual da entidade, responsabilizando-se quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos, com nome completo e número da carteira de identidade e do CPF;

§ 1º. Na hipótese de ser verificado que o processo foi protocolado com a falta ou sem observância da presente norma, será aberto o prazo de 5 dias a partir do envio da mensagem solicitando o cumprimento da diligência.

§ 2º. Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior o pedido será indeferido e arquivado, podendo a entidade providenciar novo pedido instruído com todos os documentos hábeis exigidos neste Decreto.

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 4º. As transferências de recursos às entidades constantes na Lei autorizativa aprovada pela Câmara, deverão ser precedidas de aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 184 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

Art. 5º. Constitui irregularidade insanável, sujeita à devolução dos recursos recebidos, bem como o impedimento de novas solicitações de recursos, a aplicação em despesa não prevista no Plano de Trabalho.

Art. 6º. Caso a Ação Prevista no Plano de Trabalho previr o pagamento de pessoal, independente do vínculo, deverão estarem previstos os valores para cobertura dos encargos previdenciários e trabalhistas, bem como a sua comprovação de recolhimento junto ao processo de prestação de contas tais como guias do GPS, FGTS ou instrumento congênere.

Art. 7. No caso de descumprimento dos encargos de que trata o artigo anterior, não serão aceitas, em hipótese alguma, despesas com reclamação trabalhista e previdenciária, nem tampouco pagamento de honorários advocatícios, custas, dentre outros, devendo neste caso correr às expensas da entidade.

Art. 8. O Plano de Trabalho poderá ser reformulado, mediante a sua reapresentação com antecedência ao recebimento dos recursos, ou da parcela, acompanhado de justificativa, que estará condicionado a sua aceitação e aprovação por parte da administração, e da Secretaria Municipal vinculada.

Art. 9. No Plano de Trabalho deverão ser justificadas as ações a serem desenvolvidas, contendo as informações pormenorizadas de forma não só a identificar, mas dar transparência à finalidade do emprego dos recursos públicos.

DA TRAMITAÇÃO DO PEDIDO DE LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 10. Os pedidos de solicitação de subvenções sociais, contribuições e auxílios, contendo a documentação exigida neste Decreto, terão a seguinte ordem de tramitação:

I – Protocolização junto ao Gabinete do Prefeito;

II – Encaminhamento à Procuradoria Jurídica e Secretaria de Finanças, para verificação da documentação, da existência de previsão de recursos orçamentários e viabilidade financeira de atendimento;

III – apreciação e aprovação da Secretaria afim quanto ao mérito e sua finalidade.

IV – Por fim, retorno à Procuradoria para formalização do convênio/parceria/compromisso/cooperação;

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11. As prestações de contas deverão ser apresentadas à Secretaria Municipal vinculada, em até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício em que houve o repasse, ou a qualquer tempo, quando solicitado pela Administração, para fins de apreciação e aprovação ou impugnação, conforme o caso.

Parágrafo único. Em último ano de mandato do Chefe do Executivo Municipal, a prestação de contas deverá ser entregue até o dia 20 de dezembro do respectivo ano ou no último dia útil anterior a este, caso o dia vinte não seja dia útil.

Art. 12. Fica vedado às entidades beneficiárias:

I – uso do recurso para outra finalidade que não esteja pactuada;

II – uso total dos recursos, sem levar em conta o cronograma físico-financeiro de execução do objeto;

III – Apresentação de notas fiscais, recibos inidôneos, como exemplo recibos falsos;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


Art. 13. No descumprimento de quaisquer normas com relação à prestação de contas, a entidade ficará sujeita à inclusão no cadastro de inadimplentes da Prefeitura sendo impedida de receber recursos da Prefeitura pelo período de 03 (três) anos consecutivos após sanear as irregularidades.

Art. 14. O disposto neste Decreto não se aplica às entidades cujo o vínculo com o Município seja através de filiação ou quando houver contraprestação de serviço a favor do Município por parte de entidade.

Art. 15. Os casos omissos do presente Decreto serão solucionados mediante ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de João Alfredo/PE, 16 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **JOSE ANTONIO MARTINS DA SILVA**
Data: 16/05/2024 10:10:18-0300
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

JOSÉ ANTONIO MARTINS DA SILVA
PREFEITO